



EDITAL NÚMERO 274/2019

---BASÍLIO ADOLFO DE MENDONÇA HORTA DA FRANCA, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA.-----

--- FAZ PÚBLICO QUE, foi celebrado no dia 21 de maio de 2019, o Protocolo número 44/2018, com a Sociedade Parques de Sintra-Monte da Lua,S.A., a Fundação Cultursintra,FP, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém, de Algueirão Mem Martins, de Almoçageme, de Belas, de Montelavar, de Queluz, de S. Pedro de Sintra e de Sintra, que a seguir se reproduz.-----

“Considerando que: -----

- Constituem atribuições dos municípios a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, dispondo de atribuições, designadamente, nos domínios da cultura, protecção civil e ambiente, nos termos do n.º 1 e das alíneas e), j) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----
- Compete às câmaras municipais por força da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico supra, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município;-----
- Compete ainda às câmaras municipais apoiar actividades que se revistam de interesse para o município, por força da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime acima citado;-----
- As nove Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município de Sintra são pessoas colectivas de utilidade pública, sem fins lucrativos, com carácter humanitário, de interesse geral;-----
- O Município de Sintra considera prioritário a existência de um dispositivo operacional que assegure, designadamente, uma melhor vigilância da Serra de Sintra e uma acessibilidade facilitada às zonas históricas, assim como o reforço da vigilância e socorro nas zonas balneares; -----
- O Município de Sintra solidário com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários entende que as mesmas devem ser, na medida das possibilidades e disponibilidades orçamentais, não só dotadas de equipamento



adequado, como apoiadas no que se reporta ao respectivo dispositivo operacional;-----

•À Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A., adiante referida como PSML, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000 na sequência da classificação da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade, foi confiada a gestão dos mais importantes valores públicos, naturais situados na zona classificada como Património Mundial, para além da incumbência de outros espaços culturais e naturais de relevo no Município de Sintra, muitos dos quais em plenas áreas florestais ou naturais;-----

•A Fundação Cultursintra FP, tem como objecto a criação, o desenvolvimento, o acolhimento e a divulgação da cultura no Município de Sintra, assegurando, ainda, o incremento do acesso aos bens culturais por parte das populações e demais interessados no respectivo processo cultural, gerindo um espaço monumental ímpar de Sintra, integrado em plena natureza como é a Quinta da Regaleira;-----

•O acervo monumental de Sintra no âmbito da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade encontra-se indissociavelmente conexo à sua envolvente natural, designadamente à Serra de Sintra, que urge preservar e defender para as gerações vindouras;-----

•Sem prejuízo da Serra de Sintra existem ainda outras áreas florestais de relevante interesse ambiental e paisagístico na circunscrição territorial do Município de Sintra que urge defender e preservar, como é o caso da Serra da Carregueira e da mancha florestal da Nazaré, Janas e Banzão; -----

•A criação de sinergias entre a Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A., a Fundação Cultursintra FP, o Município de Sintra e as nove Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município de Sintra, permitirá uma profícua colaboração em prol da defesa de bens jurídicos inestimáveis quais são a Cultura, o Ambiente e a Qualidade de Vida das Populações para que estas possam continuar a usufruir de locais de excepção em termos culturais, naturais e paisagísticos.-----



•O apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários para que exista a necessária transparência, a uniformização e simplificação procedimental, em conformidade com os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público e da imparcialidade a actuação da administração pública, deve ser formalizado em termos convencionais.-----

É reciprocamente e livremente acordado de boa-fé e reduzido a escrito o presente Protocolo:-----

ENTRE-----

PRIMEIRO OUTORGANTE:

O MUNICÍPIO DE SINTRA, pessoa colectiva de direito público nº 500 051 062, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2710-501 Sintra, neste ato representado pelo Dr. Basílio Horta, nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 35 do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sintra.-----

O SEGUNDO OUTORGANTE:

A SOCIEDADE PARQUES DE SINTRA — MONTE DA LUA, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pessoa colectiva número 505174839, com sede no Parque de Monserrate, em Sintra, com sede no Parque de Monserrate, 2710-405 Sintra, neste acto representada pela Presidente do Conselho de Administração, Dra. Florinda Sofia Augusto Cruz, com qualidade e poderes bastantes para o acto comprovado pelos estatutos da sociedade constantes do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 215/2000, de 2 de Setembro, com a redacção actual. -----

O TERCEIRO OUTORGANTE:

A FUNDAÇÃO CULTURSINTRA FP, pessoa colectiva número 503 888 729, com sede na Quinta da Regaleira, em Sintra, representada neste acto, pelo Senhor Presidente do Conselho Diretivo Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca e pela Vogal Dra. Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, ambos com poderes e qualidade bastantes para o acto, comprovado pelos estatutos da fundação.-----



O QUARTO OUTORGANTE:

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE AGUALVA- CACÉM, Instituição de Utilidade Pública, pessoa colectiva número 501 132 350, com sede no Largo da República, 2735-169 Agualva-Cacém, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção, Luís Miguel Morgado Baptista e pelo Vice-Presidente da Direcção José Ângelo Pires de Sousa, qualidades e poderes bastantes para o acto comprovados verificada pela consulta da Certidão Permanente com o código de acesso nº [REDACTED], subscrita em 10-10-2016 e válida até 10-01-2020 e respectivos estatutos.

O QUINTO OUTORGANTE:

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALGUEIRÃO – MEM MARTINS, Instituição de Utilidade Pública, pessoa colectiva número 500 921 067, com sede na Rua Dr. Joaquim Fontes, 2725 343 Mem Martins, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção, Paulo Jorge Moura Fernandes e pelo Vice-Presidente, Jorge Manuel Pedro, qualidades e poderes bastantes para o acto comprovados verificada pela consulta da Certidão Permanente com o código de acesso nº [REDACTED] subscrita em 12-09-2018 e válida até 12-09-2019 e respectivos estatutos.-----

O SEXTO OUTORGANTE:

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALMOÇAGEME, Instituição de Utilidade Pública, pessoa colectiva número 501 108 645, com sede na Av^a Dr. Brandão de Vasconcelos, 82, Almoçageme, 2705 – 019 Colares, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção, Maurício Moraes Barra e pelo Tesoureiro Júlio José Filipe da Silva, qualidade e poderes bastantes para o acto comprovados pela consulta da Certidão Permanente com o código de acesso nº [REDACTED] subscrita em 07-05-2014 e válida até 07-08-2019, e respectivos estatutos.-----



O SÉTIMO OUTORGANTE:

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BELAS, Instituição de Utilidade Pública, pessoa colectiva número 501 273 743, com sede na Rua Eduardo Ferreira Pinto Basto 2605 – 023 Belas, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção, António Jaime Gualdino Ribeiro e pelo Vice-Presidente Domingos Manuel Palma Messias, qualidades e poderes bastantes para o acto comprovados por documentos que se encontram arquivados.-----

O OITAVO OUTORGANTE:

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE COLARES, Instituição de Utilidade Pública, pessoa colectiva número 501 151 419, com sede na Av^a dos Bombeiros Voluntários, 10, 2705 – 180 Colares, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção, Ernesto da Assunção Louro Saraiva e pelo Tesoureiro João Guilherme Valente de Oliveira, qualidades e poderes bastantes para o acto comprovados pelos respectivos estatutos documentos que se encontram arquivados.-----

O NONO OUTORGANTE:

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONTELAVAR, Instituição de Utilidade Pública, pessoa colectiva número 501 440 623, com sede na Rua Maestro Alferes Álvaro Augusto de Sousa, 2715 666, Montelavar, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção, Ana Catarina Pais da Fonseca Vistas de Carvalho, e pelo Vice-Presidente António Lopes Marques, qualidade e poderes bastantes para o acto comprovados pelos respectivos estatutos, documentos que se encontram arquivados.-----

O DÉCIMO OUTORGANTE:

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE QUELUZ, Instituição de Utilidade Pública, pessoa colectiva número 501 091 289, com sede na Rua D. Pedro IV, 2745 - 201 Queluz, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção, Ramiro da Silva Ramos, e pelo Tesoureiro João Maria Canhoto Russo, qualidade e poderes bastantes para o acto comprovados pela consulta da Certidão Permanente com o código



de acesso nº [REDACTED] subscrita em 14-10-2016 e válida até 14-10-2019, e respectivos estatutos.-----

O DÉCIMO PRIMEIRO OUTORGANTE:

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE S.PEDRO DE SINTRA, Instituição de Utilidade Pública, pessoa colectiva número 501 158 332, com sede no Edifício dos Bombeiros, Avenida de Cascais, S. Pedro de Penaferrim, 2710 – 328 Sintra, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção, Avelino Gomes Ribeiro do Couto, e pelo Vice-Presidente João Paulo Afonso Aguiar, qualidade e poderes bastantes para o acto comprovados pela consulta da Certidão Permanente com o código de acesso nº [REDACTED] subscrita em 21-03-2018 e válida até 22-03-2020, e respectivos estatutos.-----

O DÉCIMO SEGUNDO OUTORGANTE:

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SINTRA, Instituição de Utilidade Pública, pessoa colectiva número 501 131 981, com sede na Av^a da Aviação Portuguesa 2710 – 538 Sintra, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção, José António Bento Marques, e pelo Vice-Presidente António José Pires Encarnação, qualidade e poderes bastantes para o acto comprovados pela consulta da Certidão Permanente com o código de acesso nº [REDACTED] subscrita em 16-01-2015 e válida até 16-04-2021, e respectivos estatutos.-----

Cláusula Primeira

(Objecto)

1-O presente protocolo visa proceder à regulação do funcionamento e apoio aos Grupos de Intervenção Permanente (GIPE), a cargo de todas e de cada uma das nove Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município de Sintra.-----

2-O presente protocolo visa proceder à atribuição, em 2019, de 440 901,45 €, sendo 107.775,91 € a suportar pelo Primeiro Outorgante, 225.349,63 € a suportar pelo Segundo Outorgante e 107.775,91 € a suportar pelo Terceiro Outorgante, a título de apoio aos Quarto a Décimo Segundo Outorgantes.-----



3-A verba referida no número anterior destina-se exclusivamente à comparticipação nos custos decorrentes dos recursos humanos para as prevenções do âmbito dos respectivos Grupos de Intervenção Permanente (GIPE), um por cada uma das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.-----

4-Os GIPE cujo âmbito de actuação abrange toda a circunscrição territorial do Município de Sintra independentemente da respectiva afectação a uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, são geridos pelo Comandante da respectiva corporação.-----

5-Em situações de reconhecida emergência que representem um potencial ou efectivo risco para o Município de Sintra os GIPE podem actuar nos Concelhos limítrofes.-----

6-Os GIPE são compostos por um total de 45 elementos profissionais.-----

7-A repartição de elementos e verbas por cada Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários para 2019 é a que consta em Anexo I ao presente Protocolo.-----

8-O salário base por cada bombeiro dos GIPE é calculado com base na fórmula constante em Anexo II ao presente Protocolo.-----

Cláusula Segunda

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

1-O Primeiro Outorgante compromete-se em apoiar financeiramente o Quarto a Décimo Segundo Outorgantes com a verba de 107.775,91 €, (cento e sete mil, setecentos e setenta e cinco euros e noventa e um cêntimos) sendo a mesma transferida, a partir de Maio de 2019 em oito prestações mensais, até ao final do ano.-----

2-O apoio previsto no número anterior está condicionado à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo lugar a qualquer indemnização decorrente da respectiva indisponibilidade.-----



- 3 – Incumbe ainda ao Primeiro Outorgante:-----
- a) Coordenar a articulação dos GIPE no âmbito do Sistema Municipal de Protecção Civil, com as demais entidades que o integrem; -----
 - b) Determinar através do Serviço Municipal de Protecção Civil, até final de Março, ao Quarto a Décimo Segundo Outorgantes a calendarização anual das acções de prevenção e vigilância das áreas de maior risco e perigosidade de incêndio;-----
 - c) Estabelecer anualmente, ao Quarto a Décimo Segundo Outorgantes, através do Serviço Municipal de Protecção Civil, o plano relativo às acções de formação e sensibilização nas escolas e outras instituições a ser desenvolvido por parte dos elementos do GIPE;-----
 - d) Fiscalizar activamente o cumprimento do presente Protocolo por parte do Quarto a Décimo Segundo Outorgantes;-----
 - e) Suportar os encargos com os seguros dos elementos dos GIPE.-----

Cláusula Terceira

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante compromete-se em apoiar financeiramente o Quarto a Décimo Segundo Outorgantes com a verba de 225.349,63 €, (duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e nove euros e sessenta e três cêntimos) sendo a mesma transferida, a partir de Maio de 2019 em oito prestações mensais, até ao final do ano.-----

Cláusula Quarta

(Obrigações do Terceiro Outorgante)

O Terceiro Outorgante compromete-se em apoiar financeiramente o Quarto a Décimo Segundo Outorgantes com a verba de 107.775,91 €, (cento e sete mil, setecentos e setenta e cinco euros e noventa e um cêntimos) sendo a mesma transferida, a partir de Maio de 2019 em oito prestações mensais, até ao final do ano.-----



Cláusula Quinta

(Obrigações do Quarto a Décimo Segundo Outorgantes)

1—O Quarto a Décimo Segundo Outorgantes só podem integrar no respectivo GIPE bombeiros que reúnam os seguintes requisitos:-----

- a) Pertencerem ao Quadro Activo de um Corpo de Bombeiros;-----
- b) Possuírem, no mínimo, a categoria de Bombeiro de 3ª, na actividade no quadro, cumprindo os requisitos estabelecidos na legislação em vigor;-----
- c) O coordenador operacional do GIPE, caso exista, deve ser um elemento com, pelo menos, a categoria de Bombeiro de 1ª;-----
- d) O motorista do GIPE deve possuir habilitação legal para a condução de veículos pesados e a formação complementar adequada ao exercício da função;-----
- e) Todos os elementos do GIPE devem obter formação especializada em função das necessidades e riscos específicos da respectiva área de actuação.-

2—Incumbe genericamente ao Quarto a Décimo Segundo Outorgantes:-----

- a) Estabelecer os requisitos de base, recrutar e seleccionar os bombeiros para os GIPE através de procedimentos concursais uniformes, transparentes e com igualdade de oportunidades para todos os candidatos;-----
- b) Assegurar todas as obrigações decorrentes do contrato de trabalho com os bombeiros que integrem os GIPE;-----
- c) Apresentar ao Secretariado Permanente das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e ao Primeiro Outorgante, através do Serviço Municipal de Protecção Civil, a relação dos bombeiros que integram os GIPE;-----
- d) Manter os respectivos GIPE, com a exclusiva missão de assegurar serviços de prevenção e socorro em geral e funções de Protecção Civil nos domínios de aviso, alerta, intervenção, apoio e socorro, de acordo com as suas atribuições próprias.-----

3—Incumbe especialmente ao Quarto a Décimo Segundo Outorgantes:-----

- a) Prevenção activa e vigilância na área correspondente à Serra de Sintra, centro de atracção turístico com elevado valor patrimonial, cujo histórico de incêndios apresenta muito elevada perigosidade, nos dias, meses e horários



estabelecidos de acordo com o referido na alínea b) do n.º 3 da Cláusula Segunda para o ano de 2019;-----

b) Prevenção activa e vigilância na área correspondente à Serra da Carregueira, com paisagem disseminada de eucaliptos e matos, muito próxima de zonas urbanas de elevada densidade populacional, com um elevado risco de incêndio, nos dias, meses e horários estabelecidos de acordo com o referido na alínea b) do n.º 3 da Cláusula Segunda para o ano de 2019;-----

c) Prevenção activa e vigilância na área correspondente à mancha florestal da Nazaré, Janas e Banzão, essencialmente composta por pinhais, no seio dos quais existe um grande número de construções dispersas, com um elevado risco de incêndio, nos dias, meses e horários estabelecidos de acordo com o referido na alínea b) do n.º 3 da Cláusula Segunda para o ano de 2019;-----

d) A intervenção nas ruas estreitas e de difícil acesso por parte de outras viaturas, nos centros históricos;-----

e) Vigilância na orla marítima, em períodos não considerados como sendo de época balnear, nomeadamente, em dias cujas temperaturas sejam susceptíveis de atrair banhistas;-----

f) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo urgência pré-hospitalar, por parte do GIPE, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;-----

g) A participação por parte dos elementos do GIPE em acções de formação e sensibilização nas escolas e outras instituições de acordo com o plano apresentado anualmente pelo Serviço Municipal de Protecção Civil.-----

4—Em situação de risco de incêndio grave ou muito grave a vigilância referida na alínea a) do número anterior efectua-se durante 24 horas envolvendo todos os GIPE e Corpos de Bombeiros.-----

5—A gestão do GIPE é feita pelo Comandante do respectivo Corpo de Bombeiros, tendo em conta as disposições legais aplicáveis.-----

6—O Quarto a Décimo Segundo Outorgantes comprometem-se a entregar com periodicidade trimestral ao Primeiro Outorgante, com conhecimento ao Secretariado das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do



Concelho, os relatórios das acções levadas a efeito pelo GIPE, em impresso fornecido pelo Serviço Municipal de Protecção Civil.-----

7-O Quarto a Décimo Segundo Outorgantes comprometem-se a entregar até ao final do mês de Maio ao Primeiro Outorgante, através do SMPC, listagem nominal dos elementos que integram o GIPE, em formulário próprio disponibilizado por aquela unidade orgânica municipal.-----

8-O Quarto a Décimo Segundo Outorgantes encontram-se obrigados a colaborar com o Primeiro Outorgante relativamente a toda a fiscalização que este entenda proceder quanto ao presente Protocolo, devendo o Comandante do respectivo Corpo de Bombeiros acompanhar a diligência e fornecer todos os elementos necessários.-----

Cláusula Sexta

(Obrigações Comuns dos Outorgantes)

Impende sobre os outorgantes uma obrigação de informação mútua sobre tudo o que possa ser relevante para a boa e harmoniosa execução do presente protocolo e a actuar diligentemente na prossecução dos seus fins.-----

Cláusula Sétima

(Vigência)

1-O presente Protocolo inicia a sua vigência no primeiro dia do mês de Maio de 2019, vigorando até ao final do ano.-----

2-O Protocolo pode ser prorrogado tacitamente por períodos anuais, até quatro anos, caso nenhuma das partes o denuncie, com uma antecedência mínima de 30 dias.-----

3-A denúncia do Protocolo pode operar de forma global ou parcial, mediante comunicação aos demais Outorgantes, com conhecimento da contraparte com antecedência mínima de 30 dias relativamente ao termo do período inicial ou relativamente a cada uma das renovações subsequentes.-----

4-A denúncia do Protocolo deve ser submetida a deliberação dos órgãos, legal ou estatutariamente competentes, das partes Outorgantes.-----

5-A denúncia é concretizada mediante ofício registado remetido às partes Outorgantes.-----



6–Nas prorrogações de prazo a que haja lugar, a fórmula de cálculo da respectiva componente financeira é a que consta em Anexo II ao presente Protocolo.-----

Cláusula Oitava

(Revisão e Alterações)

1.O presente protocolo pode ser objecto de revisão, por acordo expresso das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro, pelo Segundo Outorgante ou pelo Terceiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, devendo ser formalizado, mediante adenda com as alterações a introduzir, as quais passam a fazer parte integrante do mesmo.-----

2.Quaisquer alterações ao presente Protocolo devem ser objecto de aprovação prévia através de deliberação dos órgãos competentes do Primeiro, do Segundo e do Terceiro Outorgantes e só são válidas se constarem de documento escrito subscrito pelos outorgantes nos termos do Protocolo Original.-----

Cláusula Nona

(Resolução)

1-O incumprimento por qualquer das partes das obrigações assumidas no âmbito deste protocolo, permite às demais a resolução total ou parcial do mesmo, a qual será feita por comunicação escrita, enviada por carta registada, com a antecedência mínima de 30 dias, aos demais outorgantes.-----

2-Por imposição legal ou por motivos de ponderoso interesse público, o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Outorgantes podem, em qualquer momento, resolver o presente protocolo.-----

Cláusula Décima

Autorizações e acesso a dados pessoais

1–Todas as acções a desenvolver que pressuponham a recolha, o tratamento e o acesso a dados pessoais dos bombeiros, que sejam necessários aos objectivos do presente Protocolo e das operações de Protecção Civil e Socorro, encontram-se devidamente autorizadas pelos seus titulares no âmbito da respectiva Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.-----



2–As Partes Outorgantes, no âmbito do presente Protocolo dão integral cumprimento ao disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 (com as alterações vigentes), relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.-----

Cláusula Décima Primeira

(Questões emergentes da interpretação e aplicação do presente protocolo)
Todas as dúvidas resultantes da interpretação, aplicação ou execução do presente protocolo, bem como da integração de lacunas, são resolvidas, pelas Partes Outorgantes relativamente aos direitos ou obrigações a que concretamente se reportem.-----

Cláusula Décima Segunda

Publicitação

O presente Protocolo é objecto de publicitação nos sites institucionais das Partes Outorgantes, sem prejuízo da demais aplicável no âmbito do artigo 56.º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

A despesa municipal resultante deste protocolo no valor de 107.775,91 €, (cento e sete mil, setecentos e setenta e cinco euros e noventa e um cêntimos), encontra-se cabimentada no orçamento municipal em vigor na classificação 08.01.02/04.07.01.03 e no Plano na rubrica 12/12.1.2019.25.3. Compromissos números 7819004704, 7819004705, 7819004706, 7819004707, 7819004708, 7819004709, 7819004710, 7819004711 e 7819004712 – Processos CT's 2019/19001291/92/93/94/95/96/97/98/99, respetivamente.-----

Para efeitos do cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, é necessária a requisição oficial, juntando-se para o efeito os compromissos números 7819004704, 7819004705, 7819004706, 7819004707, 7819004708, 7819004709, 7819004710, 7819004711 e 7819004712, datados de 20 de maio de 2019, fazendo parte integrante deste protocolo.-----

Este protocolo face ao seu valor, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.-----



A despesa da PSML resultante deste protocolo será efectuada após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.-----

A minuta relativa ao presente protocolo foi aprovada pelo Conselho Diretivo da Fundação Cultursintra, na sua reunião ordinária de 16 de maio de 2019, (ata nº. 193), e pelo Conselho de Administração da PSML na sua reunião de 17 de abril de 2019 (ata nº. 776).-----

O presente Protocolo é assinado e outorgado pela Presidente da PSML, a Senhora Dra. Florinda Sofia Augusto Cruz com poderes de representação para autorizar a despesa e a outorga do contrato, conforme poderes delegados na acta n.º 748 de 20 de Setembro de 2018.-----

Sendo o encargo total para a PSML, resultante do presente Protocolo de 225.349,63 €, (duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e nove euros e sessenta e três cêntimos). -----

A minuta deste protocolo foi aprovada pela Câmara Municipal, na reunião de 16 de maio de 2019, sob a proposta n.º408-P/2019 de 22 de abril.-----

O presente Protocolo vai ser assinado e rubricado pelos Outorgantes sendo constituído por doze cláusulas e contendo 24 páginas e é feito em doze exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma das partes.-----

Paços do Concelho, 21 de maio de 2019.”-----

---Este protocolo vai ser publicitado nos termos do Decreto – Lei número 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei número 64/20013, de 27 de agosto. Assim, nos termos do número 1 do artigo 56º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, passei o presente Edital e outros de igual teor que vão por mim assinados e serão afixados nos lugares públicos habituais, durante cinco dos 10 dias subsequentes à Outorga do respectivo protocolo.-----

--- Sintra e Paços do concelho, 05 de junho de 2019.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,